



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abroadados, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

Mensagem do Presidente

Começamos 2015 em um contexto desfavorável para o setor energético no Brasil, principalmente, em decorrência do cenário hidrológico no país. Ao longo do ano, além do empenho e esforço realizado para cumprir nossas metas, atuamos fortemente com o foco estratégico na valorização do capital humano e respeito à vida, interessando-nos a promoção da gestão de segurança daqueles que compõem a nossa companhia. Agradecemos aos colaboradores, clientes, acionistas e parceiros pelo empenho, dedicação, profissionalismo e confiança em nosso trabalho, norteado pela preservação da vida, das comunidades do entorno e do meio-ambiente. Para este ano, continuaremos a privilegiar a ética, a competência e a segurança, buscando sempre a excelência na execução do trabalho realizado.

A Companhia

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A empresa tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Luis Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

Desempenho Operacional

No ano de 2015, a energia gerada foi de 3.847,2 GWh, 19,2% inferior aos 4.762,4 GWh gerados em 2014 devido ao cenário hidrológico desfavorável. A Usina apresentou índice de capacidade médio anual de 92,8%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade média de 92,2% (separada com base na média dos últimos 60 meses), índices superiores ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)		INVESTCO		
	2015	2014		%
 Receita operacional líquida	215.448	205.131		5,0%
 Gastos não gerenciais	(2.157)	(3.978)		-30,6%
Energia gerada para revenda	(670)	(1.822)		-63,2%
Encargos de uso do sistema	(1.400)	(1.380)		1,4%
Outros	(87)	(276)		-68,5%
 Margem Bruta	213.291	201.153		5,8%
 Gastos gerenciais	(93.750)	(97.770)		19,2%
 Total do PMSO	(42.914)	(30.920)		38,8%
Pessoal	(11.089)	(11.277)		-1,7%
Material	(1.089)	(961)		13,3%
Provisões	(15.853)	(16.403)		-3,5%
Outros	(269)	202		-243,1%
Alugueis e arrendamentos	(14.614)	(2.481)		482,0%
Ganhos e perdas na desat. e alienação de bens	(415)	(342)		21,3%
Outros	(12.248)	(80)		6.704,4%
Depreciação e amortização	(1.951)	(1.959)		-0,4%
Amortização	(36.465)	(36.061)		1,1%
Resultado do serviço (EBIT)	132.541	133.883		-1,0%
 EBITDA	170.377	170.753		-0,2%
 Margem EBITDA	78,1%	83,2%		-6,0%
 Resultado das participações societárias	-	-		-
 Resultado financeiro líquido	(43.844)	(23.038)		48,9%
Receitas financeiras	8.384	5.524		51,8%
Despesas financeiras	(52.228)	(27.562)		89,5%
 LAIR	(37.839)	(38.850)		-2,6%
 IIR e Arqueológico social	-	-		-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.657)	(19.833)		4,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.499	520		188,3%
Lucro líquido antes de minoritários	69.639	92.532		-24,8%
 Lucro líquido	69.639	92.532		-24,8%

A Investco registrou receita operacional líquida de R\$ 215,4 milhões em 2015, aumento de 5,0% frente ao realizado em 2014. Este aumento é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) sobre o Cálculo do Arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está incluída a remuneração dos custos operacionais. Os gastos não gerenciais totalizaram R\$ 2,2 milhões, queda de 38,0% em relação ao ano de 2014, resultante principalmente do menor impacto de GSF entre os períodos comparados, sendo o GSF médio de 2015 de 85,1% ao PLD Médio Submercado SE/CO de R\$ 288,1/MWh, comparado a 2014 (GSF médio de 90,6% e PLD Médio Submercado SE/CO de R\$ 588,8/MWh). Adicionalmente, houve impacto positivo da reavaliação do risco hidrológico de R\$ 0,5 milhão. Os gastos gerenciais compreendidos pelas despesas com pessoal, material, serviço de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas totalizaram R\$ 80,8 milhões, aumento 19,2% entre os anos, sendo que esta variação em função, principalmente, da provisão para descontinuidade do projeto de Tupiutins, contabilizado na rubrica de ganhos e perdas na desativação e alienação de bens.

O EBITDA (lucro antes de impostos, depreciação, amortização e resultado não operacional) totalizou R\$ 170,4 milhões no ano de 2015 frente aos R\$ 170,8 milhões do ano de 2014, não apresentando variação significativa entre os períodos devido aos efeitos apontados anteriormente. O resultado financeiro apresentou variação negativa de R\$ 21,8 milhões entre os períodos comparados, principalmente em função do Ajuste a Valor Presente (AVP) às ações preferenciais das classes A, B e C (consideradas como encargos de dívidas de acordo com o CPC 39). Em decorrência destes efeitos, o lucro líquido totalizou R\$ 69,6 milhões, redução de 24,8% em relação ao ano anterior.

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE INVESTCO

1 - Base de Cálculo		2015 (R\$ mil)		2014 (R\$ mil)	
Receita líquida (RL)		215.448,00		205.131,00	
Resultado operacional (RO)		88.697,00		111.845,00	
Folha de pagamento bruta (FPB)		9.184,00		8.709,00	
2 - Indicadores Sociais Internos					
	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	RS mil	% sobre FPB
Alimentação	723,15	7,87%	0,34%	732,65	8,41%
Encargos sociais compulsórios	2.064,11	22,48%	0,96%	2.103,80	24,16%
Previdência privada	243,27	2,65%	0,11%	176,50	2,03%
Saúde	564,52	6,15%	0,26%	564,52	6,48%
Segurança e saúde no trabalho	36,72	0,40%	0,02%	36,72	0,42%
Educação	25,52	0,28%	0,01%	25,52	0,29%
Cultura	-	-	-	-	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	107,60	1,17%	0,05%	107,60	1,24%
Creches ou auxílio-creche	22,21	0,24%	0,01%	22,21	0,26%
Participação nos lucros ou resultados	695,51	7,57%	0,32%	695,51	7,99%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	-	-	-	0,00%
Outros	39,92	0,43%	0,02%	39,92	0,46%
 Total - Indicadores sociais internos	4.522,53	49,24%	2,10%	4.504,95	51,73%
3 - Indicadores Sociais Externos					
	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	RS mil	% sobre RO
Educação	13,50	0,02%	0,01%	-	0,00%
Cultura	95,00	0,11%	0,04%	162,00	0,14%
Saúde e saneamento	-	-	-	-	0,00%
Esporte	169,00	0,19%	0,08%	100,00	0,09%
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	0,00%
Outros	38,50	0,04%	0,02%	-	0,00%
 Total das contribuições para a sociedade	316,00	0,36%	0,15%	262,00	0,23%
4 - Indicadores Ambientais					
	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	RS mil	% sobre RO
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	6.069,76	6,84%	2,82%	4.873,36	4,96%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	0,00%
 Total dos investimentos em meio ambiente	6.069,76	6,84%	2,82%	4.873,36	4,96%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa					
(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%					
(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%					
5 - Indicadores do Corpo Funcional					
	2015	2014			
Nº de empregados(as) ao final do período	66	68			
Nº de admissões durante o período	1	1			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	71	62			
Nº de estagiários(as)	1	1			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	ND	5			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	17	17			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	ND	ND			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	4	4			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	ND	ND			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	ND	0			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial					
	2015	2014			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	ND	ND			
Número total de acidentes de trabalho	0	0			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	() direção e gerências	() todos empregados
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() são sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() aplica	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() aplica
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no Procon, na Justiça)	na Empresa:	no Procon:	na Justiça:	na Empresa:	no Procon:
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa:	no Procon:	na Justiça:	na Empresa:	no Procon:
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	204.745,00				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 24,3% acionistas: 20,0% colaboradores: 5,8% retido: 19,7% Terceiros: 30,1				
7 - Outras Informações	governo: 25,0% acionistas: 24,0% colaboradores: 6,0% retido: 29,0% Terceiros: -				
N/A - Não Aplicável.					

Investimentos

Os Investimentos no ano de 2015 totalizaram R\$ 10,1 milhões sendo: R\$ 4,5 milhões em reservatórios, barragens e adutoras, R\$ 4,3 milhões em Máquinas e Equipamentos, R\$ 0,9 milhões em adiantamentos a fornecedores e R\$ 0,4 milhões em ano de 2014.

Endividamento

O endividamento financeiro atingiu R\$ 89,3 milhões em 2015 (valor na sua totalidade referente às ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) não apresentando variação significativa em relação ao endividamento do ano de 2014.

Meio Ambiente e Responsabilidade Social

Com foco na sustentabilidade, a Investco, ao longo de 2015, programou sua Política de Responsabilidade Socioambiental buscando o desenvolvimento da comunidade do entorno e a conservação do meio ambiente em que está inserida, destinando seus investimentos sociais com foco na educação, cultura, lazer e esporte, de acordo com as melhores práticas de mercado, visando à adoção de hábitos para a conscientização ambiental. Por meio do diálogo permanente com a comunidade, os investimentos socioambientais de 2015 focaram o uso múltiplo e preservação do reservatório, além do desenvolvimento de seu entorno. Em parceria com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino, as atividades foram implantadas sob a vertente da educação ambiental, trabalhada de maneira transversal e envolvendo um público de mais de 10 mil pessoas, primando pela sustentabilidade do meio com a premissa "Quem Aíza Cuida". A interação com a comunidade possibilita um caminho seguro e eficaz para a transformação da sociedade, que passa a optar pelo desenvolvimento sustentável e conservação de seus recursos naturais.

Canais de Diálogo com a Comunidade

Central de Atendimento: Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco mantém uma Central de Atendimento, com foco de ligação gratuita, pelo número 8000 645 3443. Por meio dele, a comunidade pode sentir em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente e que atenda aos interesses de diversos diferentes públicos. Site: Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa, a Usina e o setor elétrico, de forma geral. **Publicações em Jornais e Diário Oficial:** Pelos grandes veículos de comunicação regionais e de DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local. **Comercialização de Veículo:** Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais no rádio CBN sobre o Circuito Cultural e Esportivo Investco.

Visitas à Usina: Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone e ofício a Investco recebe grupos de visitantes com a usina, acompanhados por técnicos da área de comunicação. Na ocasião, os visitantes assistem a um vídeo institucional e de segurança, uma palestra sobre a empresa e o funcionamento da usina, além de serem de perto às instalações da UHE. No último ano, cerca de mil pessoas de diferentes locais do país, e de outros países, compareceram à usina. **Eventos esportivos:** A fim promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas saudáveis, a Investco realiza uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes conhecer as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa. Como reconhecimento pelo apoio ao esporte, a Investco ganhou o Ministério do Esporte, pelo quarto ano consecutivo, o prêmio de Empresa Amiga do Esporte, como a empresa que mais investe no esporte no Estado do Tocantins.

Projetos de Educação e Desenvolvimento Local

Programa EDP nas Escolas: O programa investe em ações que contribuam para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2015 a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sebastião Sales Monteiro, no município de Lajeado, foi contemplada com este programa. Foram beneficiados 308 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo os livros "Luz em e energia elétrica" e "Energia sustentável para todos". Além disso, 20 professores receberam orientações de colaboradores e parceiros, para trabalharem durante todo o ano com o tema "Luz do nosso futuro", com base na "Carta da Terra" e alunos participaram de concurso de desenho, pintura e colagem sobre o tema, tendo como produto final a produção de calendários com as melhores obras. A escola também recebeu a Cia. Os Caco, com o espetáculo teatral e circo "Vidas diversas". **Associação de Mulheres de Porto Nacional:** O apoio ao projeto Remando para a Cidadania, beneficiou 30 adolescentes, com idade entre 11 e 18 anos, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. Também investiu na colocação de 10 jovens na área de alto rendimento, capacitando-os para empregos, inclusive internacionais. Um dos jovens é atleta com necessidades especiais, carente, e vive o sonho de participar das parolimpíadas em 2016. O uso da canoeagem como ferramenta para a inclusão social alia os temas da cidadania, como direitos e deveres além de vida saudável, vida em família, viver sem drogas, e acompanhamento escolar. Todo o desenvolvimento das atividades do projeto destina a questão do uso sustentável do Lago, indicando o seu potencial turístico e econômico. **Associação Atlético Artesã:** Esta associação desenvolve o projeto Inclusão Social através do Futebol Social, beneficiando 200 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e socio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida. **Associação de Mulheres em Ação de Palmas:** A Investco apoiou o projeto Biorate, que tem foco na qualificação profissional com produção de artesanato com frutos do cerrado. Gestão de renda e inserção de mulheres de economia solidária aos ganhos possíveis aos participantes destes projetos. No ano de 2015, 218 artesãos (maioria mulheres) passaram pelas oficinas, com capacitação em produção, gestão, comercialização e estruturação de um empreendimento comercial. **Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado:** Esta associação desenvolve o projeto "Custorando a vida", que visa a geração de renda para um grupo de 20 famílias, a partir da confecção de peças para serem utilizadas na cozinha, no banho e outras como bolsas, panos de prato de cultura, tecidos e vivamente necessários à produção. O projeto foi desenvolvido com duração de seis meses, no município de Lajeado/TO. Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado: A empresa patrocinou a primeira edição do "Seminário de Arte e Cultura de Lajeado/TO", cujo objetivo foi disseminar junto aos alunos, aos professores, aos gestores de órgãos públicos, aos responsáveis pela manutenção e preservação do meio ambiente, e aos moradores, a arte e cultura dos povos primitivos, que habitaram o município de Lajeado. O projeto usou o trabalho artesanal da AMAE, visitação a um sítio arqueológico e a apresentação de cientistas sobre a importância dos achados locais. **Boca Livre:** Iniciativa voltada a todos os colaboradores (inclusive terceiros) presentes no ambiente de trabalho. Consiste em apresentações de temas contemporâneos, que podem ou não fazer referência ao trabalho, mas que faz sentido à vida de forma geral. Foram quatro temas em 2015, com contratação e apresentação de profissional especialista. "Diversidade cultural do Brasil, cantada em prosa e verso no Tocantins", "Inovação e diversidade andam juntas", "Desafios e escolhas: as faces da moda da vida", "O sentido da família na vida do trabalho". Participaram em média 60 pessoas/tema, atividade seguida de um lanche comunitário.

Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em abril de 2014, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A PwC iniciou a prestação de serviços em abril de 2014. Adicionalmente, em 2015, foram prestados serviços de procedimentos previamente acordado referente à Carta Técnica, no valor de R\$226.000,00 (vinte e oito mil reais), que ultrapassaram 5% do valor do contrato de prestação de serviços de auditoria. Este serviço foi concluído em 2015. A política de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Demonstrações Financeiras

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, alterada pela CVM nº 552/14 declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2015	31/12/2014		Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.863	81.046	Fornecedores	14	4.762	5.358
Concessionárias	5	1.200	618	Impostos e contribuições sociais	7	8.989	9.878
Rendias a receber	6	19.215	18.425	Dividendos	15	32.459	38.536
Impostos e contribuições sociais	7	7.991	4.578	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	8.488	10.748
Prêmio de risco - GSF	10	48		Benefícios pós-emprego	17	39	45
Outros créditos	11	5.115	4.425	Uso do bem público	18	4.268	4.236
Total do Ativo Circulante		83.232	109.092	Provisões	19	10.829	1.723
				Outras contas a pagar	11	2.365	3.589
Não circulante				Total do Passivo Circulante		72.199	74.112
Caucões e depósitos vinculados		550	483				
Prêmio de risco - GSF	10	102		Não circulante			
Outros créditos	11	551		Tributos diferidos	8	11.557	12.987
		1.203	483	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	80.830	78.874
Imobilizado	12	1.201.096	1.228.494	Benefícios pós-emprego	17	505	584
Intangível	13	14.177	24.787	Uso do bem público	18	43.845	40.775
		1.216.173	1.253.281	Provisões	19	12.239	14.884
Total do Ativo Não circulante		1.217.376	1.253.764	Outras contas a pagar	11	351	52
				Total do Passivo Não circulante		149.327	148.156
TOTAL DO ATIVO		1.300.608	1.362.856	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.300.608	1.362.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2015	2014
Receitas			
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	22	215.448	205.131
Custo do serviço de energia elétrica		(2.157)	(3.202)
Custo de operação		(53.600)	(50.232)
		(55.757)	(53.434)
Lucro bruto		159.691	151.697
Despesas e Receitas operacionais	22		
Despesas com vendas			15
Despesas gerais e administrativas		(14.220)	(16.971)
Depreciações e amortizações		(939)	(402)
Outras despesas e receitas operacionais		(12.537)	(456)
		(27.150)	(17.814)
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		132.541	133.883
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		8.384	5.524
Despesas financeiras		(52.229)	(27.562)
		(43.844)	(22.038)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	24	88.697	111.845
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.657)	(19.833)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.499	520
		(18.158)	(19.313)
Resultado líquido do exercício		69.539	92.532
Resultado por ação atribuível aos acionistas	25		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)		0,12598	0,16971
ON		0,01223	0,01223
PNR		0,12598	0,16971
PNA		0,03669	0,03669
PNB		0,12598	0,16971
PNC			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2015	2014
Resultado líquido do exercício	69.539	92.532
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuais - Benefícios pós-emprego	203	261
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(69)	(89)
Resultado abrangente do exercício	69.673	92.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2015	2014
Geração do valor adicionado	251.298	236.473
Receita operacional	297.743	228.305
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	15	15
Receita relativa à construção de ativos próprios	13.350	8.134
Outras receitas	205	19
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(47.212)	(31.728)
Custos da energia comprada	(825)	(2.008)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.543)	(1.521)
Materiais	(5.568)	(6.078)
Serviços de terceiros	(17.936)	(19.527)
Outros custos operacionais	(21.340)	(2.594)
Valor adicionado bruto	204.086	204.745
Retenções	(37.906)	(36.902)
Depreciações e amortizações		
Valor adicionado líquido produzido	166.180	167.843
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8.610	5.524
Valor adicionado total a distribuir	174.790	173.367
Distribuição do valor adicionado		
Resalva		
Remuneração direta	8.103	8.050
Benefícios	1.559	1.571
FOTIS	473	584
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	42.024	42.568
Estaduais	438	141
Municipais	6	6
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	52.229	27.562
Aluguéis	426	353
Remuneração de capital próprio	35.018	42.221
Juros sobre capital próprio	140.269	123.056
Lucros retidos	34.521	50.311
	174.790	173.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investido S.A. (Companhia ou Investido), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - (Companhia do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial com data em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investido, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investido, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou equívoco estar na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigido anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$48.113.

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no exercício foi de R\$4.001 (R\$3.857 em 2014) (Nota 18).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 11.3).

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		88.697
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(15)
Depreciações e amortizações		37.836
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		12.552
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		34.785
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		7.104
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		117
Provisões (reversões) e atualizações monetárias fiscais, fiscais e trabalhistas		1.963
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.880
Ajuste a valor presente		6.676
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(107)
Outros		940
		191.525
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias		(582)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(2.534)
Caucões e depósitos vinculados		(67)
Rendias a receber		(790)
Outros ativos operacionais		(1.391)
		(6.346)
Caixa proveniente das atividades operacionais		175.938
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.946)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		146.992
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível		(6.099)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.099)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(132.003)
Dividendos e encargos de dívidas		(40.273)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(172.276)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(31.383)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		49.863
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		81.046
		(31.383)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	804.459	14.473	297.232	50	-	1.116.214
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2014			(26.109)			(26.109)
Lucro líquido do exercício					92.532	92.532
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.627			(4.627)
Dividendos intermediários (JSCP)					(42.221)	(42.221)
Dividendo adicional proposto					(45.684)	-
Outros resultados abrangentes			45.684			45.684
Ganhos e (perdas) atuais - Benefícios pós-emprego				261		261
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(89)		(89)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	804.459	14.473	321.434	222	-	1.140.588
Capital social	804.459	Reservas de lucros	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	804.459	14.473	321.434	222	-	1.140.588
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2015			(34.953)			(34.953)
Distribuição de lucros retidos - RCA de 23/11/2015			(61.208)			(61.208)
Lucro líquido do exercício					69.539	69.539
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			3.476			(3.476)
Dividendos intermediários (JSCP)					(35.018)	(35.018)
Dividendo adicional proposto					31.045	(31.045)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuais - Benefícios pós-emprego				203		203
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(69)		(69)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	804.459	14.473	259.794	356	-	1.079.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da OCCE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 8); Recuperação dos ativos - impairment (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.3); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (Nota 19.1.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 19.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

IFRS 15 - Recetas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma entretanto o reconhecimento de receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando ela deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituiu o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em 13 de janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9, 15 e 16 possuem gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.7.2 Normas e interpretações em desenvolvimento pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios e Empreendimentos (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

3. Eventos significativos no exercício

3.1 Lei nº 13.203/2015 - Repactuação de risco hidrológico

Conforme Medida Provisória - MP nº 688, publicada em 16 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realização de Energia - MRE pode ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuidade da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica, com o pagamento de prêmio de risco pelo Gerador. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

O detalhamento para repactuação do risco hidrológico foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015. A lei trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL. Para o ACR, haverá a repasse das perdas com o *Generator Scaling Factor* - GSF integralmente à Conta de Bandeira Tarifária, mediante pagamento de um Prêmio de Risco. A parcela de perda com GSF de 2015 será repactuada aos geradores por meio da seleção do pagamento do prêmio de risco a partir de janeiro de 2016 até a completa compensação das perdas de 2015. Para esse período de transição, o Prêmio de Risco varia de R\$0,75 a R\$12,75 por MWh, a depender do percentual de risco que o gerador pretende repactuar: de 89% a 100%.

Para o ACL, de forma similar, o Prêmio de Risco varia de R\$10,50 a R\$23,10 por MWh, a depender da quantidade de Energia de Reserva adquirida do sistema. O reassociação das perdas com o GSF de 2015 é realizada exclusivamente mediante extensão do contrato de Concessão do agente de geração que aderir ao acordo no ACL. A repactuação no ACL não altera o custo do custo do GSF. Para a adesão ao Acordo, deverá haver a destinação das ações judiciais relacionadas às perdas com o GSF.

3.1.1 Adesão à proposta de repactuação de Risco Hidrológico

Em 18 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou junto à ANEEL o pedido de anulação de repactuação do Risco Hidrológico e também a petição de destinação das ações judiciais atrelada à Lajeado Lajeado com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE. A referida decisão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e *Generator Scaling Factor* - GSF, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.

Para suportar essa decisão, a Companhia contratou pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributários e de fluxo de caixa.

Após análises, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico no ACR no produto SP92, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. Em 23 de dezembro de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 4.133/2015, anula a adesão da Companhia à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Adicionalmente, a Companhia optou pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Livre - ACL (Nota 10).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	14.968	26.271
Aplicações financeiras - renda fixa	24.275	54.775
Total	49.663	81.046

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures remuneradas a taxas que variam de 90,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por ratings de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição é medida em relação ao instrumento financeiro. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

5. Concessionárias

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2015 de R\$1.200 (R\$618 em 31 de dezembro de 2014) refere-se à: (i) venda de energia em negociações bilaterais ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL; e (ii) venda de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não houve saldo de PLD em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

6. Rendas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Lajeado Energia	14.027	13.450
Paulista Lajeado Energia	1.345	1.290
CEB Lajeado	3.843	3.685
Total	19.215	18.425

Referem-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou as demais concessionárias do Conector Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1 e 9). É contabilizada mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,85% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre o valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. Os saldos são todos vinculados e estão apresentados ao custo amortizado.

7. Impostos e contribuições sociais

Ativo - Compensáveis	Saldo em		Atualização		Adiantamentos/		Compensação		Saldo em
	Nota	31/12/2014	Adições	Reduções	monetária	Pagamentos	de tributos	Transferência	
Imposto de renda e contribuição social		3.874	6	107	23.946		(1.784)	(20.656)	5.493
ICMS		13							13
PIS e COFINS			734					(734)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		653	1.800						2.453
Outros		38	2	(8)					32
Total		4.578	2.542	(8)	107	23.946	(1.784)	(21.390)	7.991
Passivo - a recolher	Saldo em		Atualização		Adiantamentos/		Compensação		Saldo em
	Nota	31/12/2014	Adições	Reduções	monetária	Pagamentos	de tributos	Transferência	
Imposto de renda e contribuição social		-	20.657					(20.656)	1
ICMS		44	295			(333)			179
PIS e COFINS		1.559	22.652			(19.354)	(1.784)	(734)	4
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		40	543						81
s/capital próprio	7.1	7.777	6.746			(7.777)			6.746
Encargos com pessoal		375	2.632	(2)				(2.807)	70
Outros		83	326		(72)				111
Total		9.878	53.251	(2)	-	(30.964)	(1.784)	(21.390)	9.899

Os impostos e contribuições sociais correntes, que são liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre Lucro.

7.1 IRRF sobre juros a capital próprio
Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, liquidado em 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2015 a título de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, conforme legislação, aplicada em janeiro de 2016.

8. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futura fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa						(5)
Benefício pós-emprego		124		(326)		(142)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		2.899		(1.714)		515
Uso do bem público - CPC 25		16.359	3.761	3.744	(4.349)	4.505
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	8.1.2	29.558	23.022	52.683	46.044	(103)
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes				115		
Outras		4.413	5.955	7.689	5.955	(3.276)
Total diferenças temporárias		8.1.1	52.743	32.738	64.300	45.725
Total bruto		52.743	32.738	64.300	45.725	1.499
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos			(52.743)	(32.738)	(32.738)	520
Total					11.557	12.997

A variação no imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante de R\$1.430, foi registrada em contrapartida crédito do resultado do exercício no valor de R\$1.499 e a débito no Patrimônio líquido de R\$69.

8.1.1 Diferenças Temporárias

Com o advento da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RIT, os quais passaram a incorporar a partir de 1º de janeiro de 2015 o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua dedutibilidade ou não.

8.1.2 Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme Item 19 do CPC 39 (Nota 16).

8.1.3 Resultados tributáveis futuros

A Administração da Companhia elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributáveis nos exercícios indícios, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2025	Total Não circulante
5.983	5.774	5.773	5.030	5.030	15.090	10.063		52.743

9. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 15), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com seus Controladores, profissionais chave de administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Resultado		2015	2014
			Ativo Circulante	Passivo Não circulante		
Concessões						
Suprimento de energia elétrica						
EDP Bandeirante	Controle comum	160,55	a 15/12/2032	167	136	1.798
EDP Bandeirante	Controle comum	160,55	a 15/12/2032	5	12	38
				172	148	- 1.836
Rendas a receber (Nota 6)						
Arrendamento UHE Lajeado						
Lajeado	Controladora direta	14.027	13.451			152.753
CEB Lajeado	Acionista não controlador	a 15/01/2033	3.843	3.685		41.420
Paulista Lajeado	Acionista não controlador	1.345	1.299			14.648
		19.215	18.425			- 208.821
Outras contas a pagar						
Compartmentamento de atividades e alocação de gastos						
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/07/2012 até nova Resolução da ANEEL			29	29
Compartmentamento dos serviços de infraestrutura						
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2015			322	23
Prestação de serviços de consultoria ambiental						
Energset	Controle comum	29/09/2011 a 28/09/2015				(144)
					19.387	18.573
					351	52
						(559)
						210.098
						201.454

Os contratos de compartmentamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartimento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartimento de Infraestrutura.

Os Contratos de Compartimento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartimento de Atividades e Alocação de Gastos que compreendem as atividades das áreas corporativas. A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da holding, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (Timesheet).

Os Contratos de Compartimento de Atividades e Alocação de Gastos foram anulados por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013. O tema Compartimento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 04/12/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 07/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartimento de recursos humanos e infraestrutura associada a anuidade prévia, ficando o contrato atual vigente prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartimento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O contrato tem a vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2011 e não necessitava ser submetido à análise prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 338/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Estes contratos vigoraram de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014. Em janeiro de 2012, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para revisão dos percentuais de rateio no conjunto de contratos da contratada. Com a mudança de direção da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, em junho de 2013, o custo global e o percentual de rateio foram revisados, com consequente celebração do segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compartimento dos Serviços de Infraestrutura.

Em 1º de Agosto de 2015, após a anulação da ANEEL conforme Despacho nº 2.420/15, foi firmado o novo "Contrato de Gestão de Espaço e Compartimento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo energia delegatária de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015, e está em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/08, com o prazo de 48 meses.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartmentamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a Controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração anual total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)

	2015				2014			
	Conselho de Administração	Proporção Estatuária	Diretoria	Proporção Fiscal	Conselho de Administração	Proporção Estatuária	Diretoria	Proporção Fiscal
Número de membros (i)	1,08(**)	2,50(**)	5,17(***)	5,17(***)	-	-	-	-
Remuneração fixa (em R\$)	73.216	100%	508.204	100%	13.902	100%	716.325	100%
Salário ou pró-labore	63.512		385.793		109.922		559.227	
Benefícios diretos e indiretos (ii)	n/a		14.389	n/a	14.389		14.389	
Encargos sociais	12.703		108.022		21.984		142.709	
Valor total da remuneração	76.215		508.204		131.906		716.325	

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração efetivas, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de R\$100.000,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de R\$420.000,00, para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(***) Todos

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.1 Composição do Imobilizado

	31/12/2015			31/12/2014				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	692.699	(179.751)	512.948	2,00	699.038	(165.644)	533.394
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,06	332.885	(104.445)	228.440	3,23	332.886	(96.976)	235.910
Máquinas e equipamentos	5,51	400.921	(144.582)	256.339	4,53	400.923	(132.567)	268.356
Veículos	14,29	668	(977)	71	14,29	880	(792)	88
Móveis e utensílios	6,25	9	(1)	8	6,25	9		9
Total		1.541.692	(428.376)	1.113.316		1.538.246	(395.979)	1.142.267
Sistema de transmissão de conexão (Nota 12.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(4.468)	3.860	3,33	8.328	(4.191)	4.137
Máquinas e equipamentos	3,40	72.289	(29.594)	42.695	3,40	72.983	(27.127)	45.756
Total		81.211	(34.062)	47.149		81.211	(31.318)	49.893
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,66	680	(431)	249	10,65	655	(347)	308
Veículos	14,29	339	(243)	96	14,29	674	(418)	256
Móveis e utensílios	6,25	396	(296)	100	6,25	396	(274)	122
Total		1.415	(970)	445		1.725	(1.039)	686
Total do Imobilizado em serviço		1.624.318	(464.008)	1.159.910		1.621.182	(428.336)	1.192.846
Imobilizado em curso								
Geração		40.871		40.871		34.404		34.404
Administração		1.215		1.215		1.244		1.244
Total do Imobilizado em curso		42.086		42.086		35.648		35.648
Total do Imobilizado		1.666.404	(464.008)	1.201.996		1.656.830	(428.336)	1.228.494

12.1.1 Futura licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)
Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compo o Sistema de Transmissão de Conexão, RS47.149 relator de linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.
A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia acerca da realização do Leilão de Transmissão nº 004/2014 que prevê a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do Estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

Em 18 de novembro de 2014 foi realizado o referido Leilão, todavia, não houveram propostas para os respectivos ativos.
Em 9 de abril de 2015 foi aberta a Audiência Pública nº 018/2015 com vistas a obter subsídios e informações adicionais ao Edital do Leilão nº 01/2015-ANEEL, destinado a promover a contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo, dentre elas, as instalações da Companhia (LOTE I). Em 14 de julho de 2015 foi aprovado o Edital do Leilão e em 26 de agosto de 2015 foi realizado o Leilão nº 01/2015-ANEEL e novamente não houveram propostas para os respectivos ativos.

Em 16 de dezembro de 2015 foi aberta a Audiência Pública nº 080/2015 com vistas a obter subsídios e informações adicionais ao Edital do Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL, destinado a promover a contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo, dentre elas, as instalações da Companhia (LOTE M).
Quando houver proponente vencedor, os ativos relativos à LT 500kV Miracema-Lajeado e SE 500/230kV Lajeado deverão ser transferidos ao novo concessionário sem ônus, uma vez que tais instalações passarão a compor a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Sendo assim, a Companhia não identificou indícios de redução ao valor recuperável do imobilizado a serem feitos em suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2015.

12.2 Mutação do Imobilizado

	Valor líquido		Transferência para Depreciações Baixas	Valor líquido
	Nota	31/12/2014		
Imobilizado em serviço				
Terrenos		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		523.394	76	512.948
Edificações, obras civis e benfeitorias		240.047		240.047
Máquinas e equipamentos		314.420	24	314.396
Veículos		344	(91)	253
Móveis e utensílios		131	(23)	108
Total do Imobilizado em serviço		1.192.846	76	1.159.910
Imobilizado em curso				
Terrenos		2.082		2.082
Reservatórios, barragens e adutoras	12,21	721	4.458	1.594
Edificações, obras civis e benfeitorias		256		256
Máquinas e equipamentos		12.330	4.264	8.066
Adiantamento a fornecedores		645	902	1.547
Depósitos Judiciais	19.1.1.1	14.305		14.305
Outros		5.309	439	5.748
Total do Imobilizado em curso		35.648	10.063	45.711
Total do Imobilizado		1.228.494	10.139	1.201.996

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

12.2.1 Reservatórios, barragens e adutoras
O ingresso no valor de R\$4.458 inclui R\$3.585 referente aos custos associados à renovação da Licença de Operação - LO obtida em 22 de dezembro de 2014, válida pelo período de 5 anos, conforme descrito na nota 19.2.

13 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servitudes permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.
Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do Intangível

	31/12/2015			31/12/2014				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Direito de concessão - Licenças ambientais		20,00	2.976	(595)	2.381			
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	13.1.1	3,22	20.137	(9.124)	11.013	3,22	20.137	(8.478)
Total		23.113	(9.179)	13.934	20.137	(8.478)	11.661	
Sistema de transmissão de conexão								
Serviço permanente		111		111		111		111
Administração		111		111		111		111
Total do Intangível em serviço		24.859	(11.128)	13.731	21.877	(9.757)	12.120	
Intangível em curso								
Desenvolvimento de projetos	13.1.2				12.450		12.450	
Outros			27	27		16	16	
Administração			419	419		201	201	
Outros intangíveis em curso			446	446		12.667	12.667	
Total do Intangível em curso			25.305	(11.128)	14.777	(34.544)	(9.757)	

13.1.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP
Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 18).
A amortização será pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

13.1.2 Desenvolvimento de projetos

O saldo de R\$12.450 de 31 de dezembro de 2014 refere-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins.
O projeto da UHE - Tupirantins consiste na construção de uma usina à jusante da UHE Lajeado, com potência de 620 MW, área de inundação de 370 km² e um custo estimado de R\$1,4 bilhões. O processo ambiental da UHE está parado no IBAMA, principalmente em função das dificuldades de negociação com as comunidades indígenas da região norte do Tocantins, além de resultar na remoção de 3.000 famílias.
Trata-se de empreendimento cuja área de inundação se sobrepõe à reserva indígena, o que faz com que sua construção dependa de ato do Congresso Nacional. O cenário atual aponta para grandes dificuldades na viabilização de usinas hidrelétricas que conflitam com reservas indígenas. Pode-se identificar nos recentes estudos da UHE São Luiz do Tapajós que a presença de habitações indígenas, ainda que sem uma reserva legalmente constituída, vem impedindo o licenciamento ambiental.
Tal cenário, agravado pelo decurso de tempo do projeto, contribui para reduzir de forma significativa a atratividade do projeto e, portanto, em 30 de junho de 2015, a Administração da Companhia concluiu pela provisão de redução ao valor recuperável do projeto, de acordo com os requisitos de CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, visto que não há expectativa para sua realização decorrente de implantação ou venda do projeto, pois não houve até o momento indicativo dos órgãos ambientais no sentido de sua aprovação. Quando houver a aprovação ambiental do projeto a Administração da Companhia reavaliará a expectativa de sua implementação ou venda e a respectiva reversão da provisão.

13.2 Mutação do Intangível

	Valor líquido		Transferência para Depreciações Baixas	Valor líquido
	Nota	31/12/2014		
Intangível em serviço				
Software		348	6	342
Serviço permanente		111		111
Direito de concessão - Licenças ambientais		2,976	(595)	2.381
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		11.661		11.661
Total do Intangível em serviço		12.120	2.982	13.731
Intangível em curso				
Desenvolvimento de projetos	13.1.2	12.450		12.450
Outros intangíveis em curso	13.2.1	217	3.211	2.994
Total do Intangível em curso		12.667	3.211	15.878
Total do Intangível		24.787	6.193	39.609

13.2.1 Outros Intangíveis em curso
O ingresso no valor de R\$3.211 inclui R\$2.976 referente aos custos associados à renovação da Licença de Operação - LO obtida em 22 de dezembro de 2014, válida pelo período de 5 anos, conforme descrito na nota 19.2.

14 Fornecedores

	Circulante		Ativo
	31/12/2015	31/12/2014	
Encargos de uso da rede elétrica	155	153	
Operações CCEE	290	486	
Materiais e serviços	4.317	4.719	
Total	4.762	5.358	

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15 Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 8 de abril de 2015, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em distribuição de JSCP no valor de R\$42.221, sendo R\$35.888 líquido de imposto de renda, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "F" e dividendos no valor de R\$34.953 aos acionistas detentores de ações ordinárias, sendo que o JSCP já havia sido contabilizado no currículo em dezembro de 2014. Os respectivos dividendos e JSCP foram pagos em 17 de abril de 2015.
Foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de novembro de 2015, a distribuição da parcela dos lucros retidos, a título de Dividendos no valor de R\$61.208 aos acionistas detentores de ações ordinárias. Os respectivos dividendos foram pagos no dia 26 de novembro de 2015.
Em 21 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o crédito de JSCP no montante bruto de R\$45.000, sendo R\$35.010 atribuíveis aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "F" e R\$9.990 atribuíveis aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A", "B" e "C" (Nota 16). Os JSCP serão imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.
Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	31/12/2014		Dividendos aprovados		Pagamentos	
	Passivo	31/12/2014	aprovados	JSCP	pagamentos	não realizados
Energia S.A.	26.198	70.197	21.729	(96.395)		21.729
CEB Lajeado S.A.	9	7.178	19.232	5.953	(26.410)	5.953
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.512	6.732	2.084	(9.244)		2.084
Acionistas não controladores	2.648			(56)	101	2.693
Total	38.536	96.161	29.766	(132.105)	101	32.459

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	31/12/2015			31/12/2014		
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Moeda nacional						
Ações preferenciais e pagamento do						
Ações recebíveis resgatáveis principal ao término						
cumulativa A, B e C da concessão	8.488	42.730	38.100	89.318	10.748	43.824
Total	8.488	42.730	38.100	89.318	10.748	43.824

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.
Devido à sua características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2013 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

16.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2014		Pagamentos provisionados		Juros Transferências		Ajuste a valor presente		Valor líquido em 31/12/2015	
	Circulante	Principal	Circulante	Principal	Circulante	Principal	Circulante	Principal	Circulante	Principal
Juros	10.748	(41.765)	34.785	4.720					8.488	
Não circulante	10.748	(41.765)	34.785	4.720					8.488	
Principal	35.050			3.050					31.000	
Juros	43.824			3.626					42.730	
Total	78.874	(83.530)	69.570	8.346					69.570	(74.830)

Os juros provisionados de R\$34.785 estão composto por: (i) R\$10.731 referentes aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 9º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2015; (ii) R\$18.792 referentes aos dividendos aprovados em Reunião do Conselho de Administração de 23 de novembro de 2015; e (iii) R\$5.262 referente ao complemento de JSCP aprovados em Reunião do Conselho de Administração de 21 de dezembro de 2015 (Nota 15), todos registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 23).

16.3 Vencimento das parcelas de Circulante e Não circulante (principal e encargos)

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Total	8.488	8.488	8.488	8.488
Não circulante </				

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$4.739 (R\$3.735 em 31 de dezembro de 2014). O saldo dos Depósitos Judiciais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$14.305 e estilo registrados no Imobilizado em Curso - Depósitos Judiciais (Nota 12.2).

19.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas diversas ações judiciais que encontram-se em andamento.

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de ações trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo		Depósito Judicial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	203	513	52	84
Cíveis	112.754	93.419		
Fiscais	2.847	2.391	5	5
Total	115.804	96.323	57	89

19.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se a ações descritas na nota 19.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$111.729 (R\$92.596 em 31 de dezembro de 2014).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 19.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$77 (R\$624 em 31 de dezembro de 2014).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAEGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rito entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e a Companhia aguarda intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$150 (R\$120 em 31 de dezembro de 2014).

19.2 Licenças Ambientais

Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforçamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custos das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação da usina, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e também é registrado como um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

Os custos associados a manutenção dessas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Nacional do Tocantins - Naturlatina a renovação da Licença de Operação - LO nº 11182/2014, válida pelo período de 5 a 6, a contar da data de emissão.

Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores. Como consequência, em março de 2015 a Companhia constituiu uma provisão adicional no montante de R\$6.561, sendo que, deste montante, R\$2.976 foram registrados em contrapartida ao Intangível (Nota 13.2) e R\$3.585 no Imobilizado (Nota 12.2).

Os desembolsos de natureza ambiental durante o exercício de 2015 foram de R\$6.070. Deste montante, R\$4.244 referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$1.826 são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de Terceiros.

	Saldo em		Atualização		Transferência		Ajuste a valor		Saldo em
	31/12/2014	Constituição	monetária	reincias	presente	31/12/2015			
Licenças ambientais									
Circulante	1.723	3.228	(4.244)	1.112	9.124	(114)	10.829		
Não circulante	6.296	4.627		432	(9.124)		(2.077)		
Total	8.019	7.855	(4.244)	1.544	-	(268)	12.906		

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação de sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$961.794. Para fins de demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de emitir o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente do obrigatório pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o Item 19 do CPC 39 (Nota 16). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2015 face a 31 de dezembro de 2014. Segue a composição do Capital social:

	Em milhares de ações									
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015	
	Qtd. de ações	%	Qtd. de ações	%	Qtd. de ações	%	Qtd. de ações	%	Qtd. de ações	%
ACIONISTAS	80.440	20,00	151.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00	133.563	16,98
CEB Lajeado S.A.										
Pruaita Lajeado										
Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00	46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.										
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.884	41,04	3.764	73,00	35.947	4,57
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45			6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13			1.650	0,21
Outros	402.202	100,00	255.560	100,00	207	1,25	1.25	2,50	71.459	9,09
Total	402.202	100,00	255.560	100,00	16.299	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00

20.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada período serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, Incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- a) 5% da Reserva legal, que não excederá 20% do Capital social;
 - b) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
 - c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
 - d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em períodos anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de lucros a realizar formada em períodos anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
 - e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
 - f) no período em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada de lucro do período, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
 - g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.
- Segue abaixo a distribuição do resultado do exercício de 2015:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido apurado no exercício	69.539	66.063
Constituição da reserva legal - 5%	(3.476)	(3.518)
Destinação do lucro		35.018
Dividendos intermediários - JSCP		31.045
Dividendo adicional proposto		31.045
De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:		
(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e		
(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.		
De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:		
(i) recebimento de dividendos suplementares até 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes e tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;		
(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e		
(iii) qualificação de condições em relação às demais classes e espécies de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas desdobradas e lucros retidos a qualquer título.		

20.3 Reservas

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	20.3.1	14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal		38.793	35.317
Retenção de lucros	20.3.2	5.302	56.779
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	20.3.3	184.654	184.654
Dividendo adicional proposto	20.3.4	31.045	45.694
		259.794	321.434

20.3.1 Ágio na emissão de ações

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

20.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A retenção da rubrica no montante de R\$50.477 foi em consequência dos seguintes eventos: (i) ajuste dos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C" no montante de R\$10.731 (Nota 16.2); e (ii) distribuição da parcela dos lucros retidos aos acionistas detentores de ações ordinárias, a título de Dividendos, no montante de R\$1.208 (Nota 15).

20.3.3 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

20.3.4 Dividendo adicional proposto

Referem-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme o CPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2014 de R\$45.694, R\$34.953 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 15) e R\$10.731 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 16.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 8 de abril de 2015.

20.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos. A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	Ganhos	Provisão IRPCS	Saldo em 31/12/2015
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	336	203		539
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(114)		(69)	(183)
	222	203	(69)	356

21 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- (i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização e
- (ii) O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias são efetuados mensalmente.

	MWh (1)		R\$	
	2015	2014	2015	2014
Suprimento de energia elétrica	39.275	43.231	6.116	6.423
Energia de curto prazo	2.577	69	461	176
Arrendamentos e alugueis			230.580	221.105
Outros resultados operacionais			596	601
Receita operacional bruta	41.852	43.300	237.743	228.305
(-) Deduções e receita operacional			(22.285)	(23.174)
PIS/COFINS			(21.991)	(21.123)
P&D			(57)	(2.051)
Outros encargos			(247)	
Receitas	41.852	43.300	215.448	205.131

(1) Não revisado pelos auditores independentes.

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na mensuração da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26:

	2015				2014			
	Com energia elétrica	De operação	De administrativas	Outras	Total	2015	2014	
Não gerenciais								
Energia elétrica comprada para revenda		757			757	757	1.622	
Encargos de uso da rede elétrica		1.400			1.400	1.400	1.380	
Taxa de fiscalização							17	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)							259	
	2.157	-	-	-	2.157	2.157	3.478	
Gerenciais								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.941		5.148	11.089	11.089	11.277	
Material		960		129	1.089	1.089	961	
Serviços de terceiros		8.838		6.995	15.833	15.833	16.403	
Depreciação		36.157		2.061	38.218	38.218	36.061	
Amortização		1.276		95	1.371	1.371	789	
PCLD/perdas líquidas							(15)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						289	289	
Alugueis e arrendamentos				415	415	415	342	
Perdas na desativação e alienação de bens			22.1	1.533	1.248	1.248	180	
Outras		418		5.244	1.951	1.951	1.974	
		53.600	14.613	12.537	80.750	80.750	67.770	
Total	2.157	53.600	14.613	12.537	82.907	82.907	71.248	

22.1 Perdas na desativação e alienação de bens

O saldo desta rubrica contém R\$12.450 referente a provisão para redução do valor recuperável do projeto da UHE - Tupirantins (Nota 13.1.2).

23 Resultado financeiro

	Nota	2015	2014
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		7.907	4.726
Juros e multa sobre impostos		107	379
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(226)	
Outras receitas financeiras		596	419
		8.384	5.524
Despesas financeiras			
Encargos de dí			

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

26.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baseados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa exprem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente a esta classificação, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		Valor justo	Valor justo	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	34.695	54.775	34.695	54.775
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento	5	14.968	26.271	14.968	26.271
Concessionárias	5	1.200	618	1.200	618
Rendas a receber	6	19.215	18.425	19.215	18.425
		70.078	100.089	70.078	100.089
Passivos financeiros					
Valor ao custo amortizado					
Fornecedores	14	4.762	5.358	4.762	5.358
Uso do bem público	18	39.949	45.010	48.113	45.010
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16				
Moeda nacional		89.318	89.622	89.318	89.622
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	351	52	351	52
		133.380	140.042	142.544	140.042

26.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características semelhantes a serem negociados no mercado.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações segundo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBOvespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo livre em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontadas a taxa de valor presente por meio da taxa que representa o custo médio de capital do Grupo - EDP Energias do Brasil.

26.1.3 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para o ativo ou passivo idêntico;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificadas como valor justo por meio do resultado foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ético é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais recristo é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

26.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

26.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

26.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 309, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 211 e Instrução CVM nº 475/06, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em pressupostos macroeconômicos obtidos do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável					
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Aumento do	Aumento do	Aumento do	Redução do	Redução do	
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.349	3.349	837	1.675	(837)	(1.675)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.349	3.349	837	1.675	(837)	(1.675)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhado com a expectativa da Administração da Companhia, com intervalos entre: 10,75% e 15,75% a.a.

26.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é mediada e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente convertíveis em um montante corrente de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os vencimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - HIRE aplicado a determinadas usinas hidrelétricas, dentre elas a UHE Lajeado, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 9% do risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio. Em um período prolongado de escassez de chuva resulta-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia da parcela de risco hidrológico não coberta pela CCRBT ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramenta o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2015					31/12/2014
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Total	
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.514	1.760	1.488		4.762	5.358
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				351		351
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			8.488	18.503	62.327	89.318
Uso do bem público	333	1.094	2.841	14.986	28.859	48.113
	1.847	2.854	12.817	33.840	101.186	142.544

26.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações atuais sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de contratos, entre outros, sendo que esses mesmos acordos asseguram contabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores transferidos a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração dessas ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de risco.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia realizou as seguintes transações: (i) constituição de dividendos a pagar no valor de R\$32.459; e (ii) provisão para custos com a limpeza ambiental no imobilizado e intangível no valor de R\$7.251. Ambas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o curso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	2016	2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total geral	31/12/2015	31/12/2014
Responsabilidades com locações operacionais	259	137			396		414
Obrigações de compra							
Materiais e serviços	21.628	18.066	435	987	41.116	30.790	
Prêmio de risco - GSF	485	18.203	435	1.250	735		
	22.372	18.203	435	1.250	42.247	31.204	

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	2016	2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total geral	31/12/2015	31/12/2014
Responsabilidades com locações operacionais	235	153			388		387
Obrigações de compra							
Materiais e serviços	18.207	15.781	407	1.075	35.470	29.559	
Prêmio de risco - GSF	485			335	820		
	18.927	15.934	407	1.410	36.678	29.946	

28.2 Garantias

Tipo de garantia

	Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Avul de alocadora	Seguro de vida	8.068	8.348
Finança bancária	Ações judiciais	635	635
	Compra de energia	20.293	20.943
Recebíveis	Outros	50	785
		29.046	30.711

29 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém opções de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por tanto, não são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2015			
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	12.002	200.000	14.230	200.000
Usinas	1.042.665		972.891	
Prédios e conteúdos (próprios)	458		458	
Prédios e conteúdos (terceiros)	898	1.355	898	898
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Acidentes pessoais	8.069	(*)	8.348	(*)

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$51 e um limite máximo de R\$517.

A EDP Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

- Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;
- Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.572; e
- Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$77.565.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otávio Assis Henriques
Conselheiro

Hamilton Carlos Neves
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

José Chereim Pinto
Diretor Vice-Presidente de Controle

Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Stella Maris Moreira Fialo
Diretora Administrativa e Financeira

Renan Silva Sobral
Contador - CRC 1SP27196/O-6 S/O

Plácido Gonçalves Mirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Daniel Shen Cheng Chen
Diretor Jurídico

CONSELHO FISCAL

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Christiano Chagas Monteiro de Melo
Conselheiro

Paulo Afonso Teixeira Machado
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 01 de março de 2016 às 13:30 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Investco S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. ("a Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.